

O PRINCÍPIO DA ESPERANÇA: DAS PROFECIAS BÍBLICAS AOS NEOMARXISTAS*

Walter Israel Rehfeld
USP

* Este texto foi apresentado e discutido num Seminário sobre Imanência e Transcendência na virada do século, promovido pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais (RJ), em outubro de 1992 (N.d.E.).

Resumo: O princípio da esperança: das profecias bíblicas aos neomarxistas. O A. mostra, em grandes linhas, a presença da concepção bíblica do homem e da sociedade, sob a égide da idéia de perfectibilidade e da esperança messiânica, ao longo da história do pensamento social ocidental, da Idade Média aos neomarxistas.

Palavras-chave: Monoteísmo, messianismo, esperança, utopia, justiça social.

Summary: The principle of hope: From biblical prophecy to Neo-Marxism. The A. presents in a sketch the biblical concept of man and society inspired by its perfectibility and hope in a Messiah. This theme is traced through its development in the history of inquiry in the field of social order as it is unfolded in Western philosophy from the Middle Ages to Neo-Marxism.

Key-words: Monotheism, messianism, hope, utopia, social justice.

1. História é mais que cronologia. Enquanto esta se resume a juntar os eventos do passado segundo a ordem de sua sucessão, aquela esforça-se por explicar, não apenas a ordem da sucessão dos acontecimentos, mas também a razão pela qual se deu a ordem, a razão que fez seguir um acontecimento a outro, razão esta fundamentada num princípio de validade universal.

Foi o monoteísmo ético, concebido pelos profetas bíblicos, que, pela primeira vez, apresentou tal interpretação, primeira noção de história universal. Eis o seu esquema: *a história humana resulta de uma interação dialética entre a Vontade Divina e a liberdade humana.*

À medida que a Vontade Divina, contendo todas as eternas normas da ética, prevalece, a linha da história é ascendente; à medida que predomina o capricho humano, é descendente. Mas sendo que a razão da Vontade Divina prevalece a longo prazo, no seu conjunto a história tem tendência ascensional e chegará ao seu fim, quando todos os seres racionais tiverem aceito, por convicção e não por imposição, a razão da Vontade Divina. Será o fim da história e o começo duma era messiânica de plena felicidade e paz para toda a humanidade. Esquemáticamente, isto pode ser apresentado assim (onde VD= Vontade Divina; LH= liberdade humana e, EM= Era messiânica):



2. As pressuposições básicas desta concepção da história são duas:

a) *O livre-arbítrio do ser humano.* Sem esta pressuposição não haveria história, mas um desenrolar automático de eventos, como se movimentam as engrenagens de um relógio, cada uma seguindo seu percurso necessário e predeterminado pelo relojoeiro. Tal processo seria analisável pelas leis da mecânica, uma análise gnosiologicamente diferente da análise histórica na qual é indispensável o concurso da hermenêutica, teoria e arte da compreensão de motivações, essencialmente diferente do entendimento causal que estabelece uma decorrência necessária de um estado de coisas de outro. Na concepção dos profetas de Israel, não há interpretação histórica, portanto, sem que se tome em consideração o fator do livre-arbítrio do homem.

b) *A fé na perfectibilidade essencial do homem e da sociedade* é a segunda pressuposição da concepção profética da história. Homem e sociedade não constituem uma "natureza" acabada, algo formado definitiva e inalteravelmente, regido por leis eternas e imutáveis; mas homem e sociedade estão sujeitos a uma contínua evolução com inesgotáveis possibilidades de melhorar ou piorar. O homem é um pequeno criador, criado à imagem do grande Criador, Deus. Esta característica privilegiada do homem é bem apresentada num pequeno "Midrash", interpretação talmúdica do versículo 26 do livro do "Gênesis", o primeiro da Bíblia. Ao falar da criação do homem, o texto transmite palavras de Deus: "Vamos fazer um homem à nossa imagem e conforme a nossa semelhança"! Como explicar o plural da primeira pessoa? A quem dirige-se Deus ao pronunciar estas palavras? Não

podia ter-se dirigido a outros deuses que não existem, tampouco aos anjos que são, exclusivamente, executores da Vontade Divina e não possuem vontade própria. A resposta dada é que Deus, neste pronunciamento, dirigiu-se aos homens de todas as gerações, convocando-os a criar o “homem” em colaboração com Ele. Isto quer dizer que o homem, e, conseqüentemente, a sociedade não são algo acabado para sempre, mas estão sendo criados de novo, continuamente, de geração em geração, por iniciativa do próprio homem em colaboração com Deus.

Daí a idéia fundamental duma criação contínua do homem e da sociedade em oposição ao conceito grego de natureza humana, daí a noção de uma *perfectibilidade essencial* do ser humano e da sociedade, formulada pela primeira vez por Hermann Cohen, o grande pensador do neokantianismo em Marburg, num ensaio intitulado *Die Messiasidee (A idéia do Messias)* e, mais tarde, pelo filósofo neomarxista Ernst Bloch, que a fez o preceito central da sua grande obra *Das Prinzip der Hoffnung (O princípio da esperança)*.

3. Voltando ao esquema já traçado da história universal segundo os profetas bíblicos: se trocarmos os fatores VD (Vontade Divina) por FP (forças de produção), LH (liberdade humana) por C_P (condições sociais da produção) e EM (era messiânica) por SSC (Sociedades sem classes), obteremos o exato esquema do materialismo dialético, da concepção marxista de história. Por diferentes que sejam entre si a concepção marxista e a profética da história, as duas apresentam a mesma estrutura. Será por mero acaso que isto acontece? Creio que não. Ambas as concepções apóiam-se no mesmo legado deixado pelo monoteísmo ético bíblico, legado que tem inspirado inúmeros pensamentos e movimentos de libertação social na cultura ocidental: a fé na perfectibilidade essencial do homem e da sociedade. Homem e sociedade não constituem uma natureza acabada e imutável, mas realidades que estão em processo de contínua criação: *Wirklichkeiten*, como seria a expressão alemã para “realidade”, ou seja uma esfera onde algo atua, *wirkt*.

4. A utopia social de maior impacto, na Idade Média, foi criada pelo abade Joaquim de Fiori (1145-1202). Rompendo com a concepção estática da Igreja, que encarava o testamento do Cristo como definitivo, com validade em todas as terras, em todas as épocas, com a idéia duma redenção definitiva trazida pela encarnação divina no Cristo, pela sua crucificação e ressurreição, Joaquim de Fiori renovou a idéia duma humanidade em evolução, duma continuação da criação humana que se dá em três fases, uma ainda por vir. A primeira fase do desenvolvimento do gênero humano teria sido a fase do *Pai*, a fase do homem

israelita como descrita no Antigo Testamento, a fase da lei e do julgamento. A segunda fase teria sido a do *Filho*, caracterizada no Novo Testamento, fase de fé e de submissão filial, fase em que a humanidade se encontra agora. A terceira fase, em tempos futuros, será a fase do *Espírito Santo*, a era do Terceiro Testamento, fase em que o reino da luz, situado pelo cristianismo paulino na transcendência além deste mundo, iluminará esta terra. Esta visão implica a transferência da redenção do além para este mundo, da transcendência para a história. Com isto, o Cristo não representava mais o centro fixo da história, mas apenas um dos seus momentos, embora muito importante. Nessa visão das três fases do desenvolvimento da humanidade já se preconizam teorias modernas como a de Auguste Comte, pai do positivismo: a fase religiosa, a fase metafísica e a fase científica, positiva; e a de Marx: a fase do comunismo primitivo, a da luta de classes e a da sociedade sem classes.

No entanto, a fase do *Espírito Santo* não virá sem a intensa colaboração do homem. O regime feudal e eclesiástico, profundamente corrupto, devia ser derrubado e dar lugar a uma nova convivência de fraternidade em forma de comunidade de produção e consumo, uma era da liberdade do espírito em que não existiria o temor dos escravos, o medo do rigor da lei e do domínio do clero. Não haveria riqueza nem propriedade; cada um viveria em pobreza voluntária.

A influência da pregação de Joaquim de Fiore foi grande e duradoura. Com ela a Idade Média iniciou uma nova vivência de uma herança deixada pelos profetas bíblicos: a esperança de uma humanidade em amadurecimento e a caminho dum era em que seria totalmente boa e totalmente feliz. Para atingir este sublime alvo, vários movimentos, em parte muito violentos, se revezaram, a alguns dos quais faremos em seguida menção sumária.

O comerciante Peter Waldo converteu-se em 1176 a uma vida de rigorosa pobreza, seguindo o mandamento do Sermão da Montanha do Cristo. Mandou apóstolos para pregar o arrependimento em preparação a uma nova era. Pregação semelhante, embora com ideologia diferente, neomaniqueísta, desenvolveram os *albigenses* e os *cátaros*, cruelmente exterminados por uma cruzada convocada pelo papa Inocência III. Surgiram figuras religiosas revolucionárias como John Wycliff (1320-1384), reformador inglês, João Hus (1369-1415), professor universitário e pregador tcheco, morto na fogueira como herege, e Thomas Müntzer (1488-1525) que criou uma igreja dos eleitos que, em forte oposição a ambos, católicos e luteranos, propôs-se preparar o caminho para o milênio com a força das armas. Ensinou a

distinção entre o Cristo histórico e um Cristo íntimo e vivo que nasce na alma de cada um. A seita dos *anabatistas*, enfim, opôs-se ao catolicismo e ao luteranismo com uma pregação de fraternidade e comunidade de bens e levou à criação duma *Nova Jerusalém* na cidade de Münster, sob o regime tirânico de João Bockelson, conhecido como João de Leyden (1510-1536), rei da Nova Jerusalém, e de Bernhard Knipperdolinck, prefeito de Münster e chanceler do rei da Nova Jerusalém. Neste reino foi instaurado um regime comunista sem propriedade particular e com um código moral autoritário e cruel, tudo encontrando seu fim em 1535, num ataque combinado dos exércitos do bispo e dos príncipes da região, sendo o rei e seu chanceler mortos com cruéis torturas.

5. Na modernidade, o princípio da perfectibilidade essencial do homem e da sociedade inspira o pensamento político do Iluminismo, nos escritos, entre outros, de filósofos da importância de um John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant, incluindo Karl Marx: todos eram imbuídos da confiança inquebrantável de que o desenvolvimento da humanidade levará um dia, mesmo que seja distante, à vitória da razão e, com ela, a uma *Paz perpétua*, como é o título de uma das obras de Kant.

Mas, a mais significativa foi a inspiração do princípio da perfectibilidade essencial do homem e da sociedade sobre o pensamento social do mundo ocidental. No começo da era moderna, em 1516, apareceu, de autoria do chanceler inglês Sir Thomas More (Morus) (1478-1535), mais tarde decapitado pelo seu rei Henrique VIII, um livro intitulado *De optime rei publicae statu sive de nova insula Utopia (Da melhor constituição de um estado ou da nova ilha Utopia)*. Eis um sonho do melhor dos Estados. *Utopia* significa literalmente “de nenhum lugar”. Em contraste com o lugar que existe, com suas inúmeras falhas, o lugar que não existe, é o lugar do “dever-ser”, um lugar perfeito que, no entanto, é perfeitamente alcançável para uma humanidade que realmente queira progredir. Sonho das experiências de um navegante que conta as suas aventuras de viagem. Nesta ilha não há desigualdade, pois a desigualdade leva à miséria. Ali não há crime, pois é a miséria que leva ao crime. Lá preferiram melhorar as estruturas sociais e sanar as injustiças a construir prisões para criminosos. Nesta sociedade não há mais propriedade privada e, portanto, não há injustiça social nem violência.

Um século mais tarde, em 1628, Tommaso Campanella (1568-1639) lança seu *Civitas Soli (A cidade do sol)*, descrevendo um estado comunista sacerdotal, muito rigorosamente organizado e regulamentado. Somente um pastor do tipo Campanella pode

levar a uma liberdade ideal do tipo Morus. Mas como a ilha Utopia de Morus, a comunidade do Sol de Campanella representa um "dever-ser", não uma realidade, algo que pode e deve ser atingido na base do princípio da perfectibilidade essencial do homem e da sociedade.

É evidente que esta minha apresentação não poderá ser completa. Não visa dar uma história do pensamento social nas culturas ocidentais, mas mostrar, na base de alguns exemplos, como este pensamento se fundamenta na pressuposição duma perfectibilidade essencial do homem e da sociedade.

6. No século XIX surgiram vários pensamentos sociais renovadores, numa época em que a indústria e, portanto, o proletariado ainda não estavam plenamente desenvolvidos e ainda não apresentavam todas as características que mais tarde levaram à crítica marxista. Estes pensamentos, portanto, não podiam satisfazer plenamente as exigências de Marx e Engels, que os classificariam de *utopistas*, expressão pejorativa utilizada por eles também com relação a obras socialistas posteriores, já em época de pleno desenvolvimento do proletariado, por não seguirem a linha *científica* do socialismo marxista. Para os marxistas dogmáticos, é somente em seu próprio campo que se encontra ciência, em campos opostos apenas *utopia*, ou seja, fantasia. Mas como já foi indicado acima, o utópico é uma imagem do "dever-ser", ligado a uma verdade suprapessoal que se comunica à alma, mas não está condicionada por ela. É a imagem do homem e da sociedade como deveriam ser e não são, mas como podem e devem vir a ser graças à perfectibilidade essencial do homem e da sociedade, pressuposta já na pregação dos profetas bíblicos. O que aqui predomina é o anseio pelo justo, tão claramente expresso ainda nos escritos do jovem Marx, antes de que uma metodologia de economia política pretensamente científica tivesse camuflado este anseio pela justiça, por uma profunda renovação, não apenas da economia, mas da própria sociedade e das relações sociais.

Nesse sentido, Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825) teria dito, ainda no seu leito de morte: "Todos os meus esforços fundamentaram-se num único anseio: o de garantir a todos os homens o livre desenvolvimento das suas capacidades". Todos os membros da sociedade que não desfrutassem privilégios feudais, herdados, pertenciam, segundo Saint-Simon, à classe produtora: capitalista, lavradores, operários, negociantes, engenheiros, artistas, cientistas, produtores de propriedade conquistada pelo trabalho e não obtida por herança. E é a esta classe que cabe a gerência da sociedade porque a sustenta com seu trabalho.

Uma vez eliminado o direito à herança e de outras formas de renda sem trabalho, então a industrialização tornar-se-á uma bênção social. Não é a indústria, propriamente dita, que leva à exploração do homem pelo homem, mas a burocracia do Estado e um conjunto de privilégios que exploram a indústria sem trabalhar nela.

Entretanto cresceu a miséria do operário muito além de qualquer outra, mesmo aquela que o lavrador sofreu em tempos passados. Depois de David Ricardo (1772-1823) ter descoberto que o valor de um produto industrial equivale ao valor do trabalho nele investido, Robert Owen (1771-1858) concluiu que, numa sociedade futura, cada um deveria receber a quantia do valor por ele produzido, eliminando-se o lucro do capital que consistiria de um valor de trabalho não pago — mais-valia. Isto seria viabilizado pelo estabelecimento de grandes depósitos, onde cada um entregaria o que produziu, recebendo em troca uma nota de crédito, com a qual pudesse adquirir mercadorias do mesmo valor de trabalho, um lugar onde produtores se encontrariam sem o intermédio do capitalista e eliminariam o acréscimo do lucro. A idéia do depósito devia fracassar, assim como a colônia industrial “New Harmony” em Indiana, Estados Unidos, onde os operários puderam produzir sem a interferência do capital. Pois Owen não queria, em primeiro lugar, melhorar a produtividade para chegar a uma situação humana mais digna dos operários, mas queria, desde já, melhorar a situação dos trabalhadores, instrumentos mais nobres da produção. Isto, a seu ver, seria possível somente em pequenas unidades cooperativas de produção, onde não existiria divisão de trabalho nem separação de indústria e agricultura, sem nenhuma burocracia. Entre parênteses: tais unidades foram criadas pelo sionismo socialista nos *Kibbutzim*, a partir da primeira década do século vinte. O passado era, para Owen, uma única noite de imobilidade, e o futuro deveria destacar-se de imediato desta fase, por uma nova mobilidade, fundamentada no princípio da perfectibilidade essencial do homem e da sociedade.

Owen pensava de modo anistórico, ao contrário de outro grande pensador cooperativista da mesma época, que era Charles Fourier (1772-1835). Propôs uma teoria das quatro eras que se sucedem irreversivelmente: a era de uma convivência comunista primitiva; a segunda, a era da pirataria e da troca direta; a terceira, era do patriarcado e do desenvolvimento do comércio; a quarta, em que ainda vivemos, é do barbarismo e dos privilégios econômicos. Esta última estender-se-á até uma quinta era, com a qual, em parte, coincide a era da civilização industrial. Nesta, a pobreza resulta da própria abundância, sendo a miséria o avesso,

dialeticamente necessário, do brilho capitalista. Já em 1808, Fourier previu o fim da livre concorrência pela formação de monopólios. A salvação seria a produção e a distribuição cooperativista. Como Owen, projeta comunas pequenas, chamadas falanstérios, com a abolição total da propriedade privada, com exceção daquelas bens de consumo, conquistados pelo trabalho. Os falanstérios são federadas entre si. Seriam unidades sociais em que reinaria a harmonia do puro amor ao próximo.

Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) faz, já na sua primeira publicação, a pergunta: "Que é a propriedade?" e responde: "Propriedade é roubo". Mais tarde moderou-se, dizendo que a propriedade tem suas raízes na natureza do homem e na necessidade das coisas. Mas todos os homens devem ser pequenos proprietários para evitar que a propriedade se torne meio de dominação. Assim se formaria uma sociedade sem atritos, sem violência, portanto, sem Estado. Uma convivência na base do contrato entre parceiros e não na base de leis do Estado. O que gerenciaria esta convivência seria a vontade geral. Michael Bakunin (1814-1876), no entanto, dá ênfase à liberdade. "Não pode haver nada de vivo e de humano fora da liberdade e um socialismo que a excomungasse do seu meio, que não a aceitasse como único princípio criador, conduziria diretamente à escravidão e à bestialidade". Não seria o capital o mal maior, mas o Estado. Ao abolir-se o Estado, desapareceria também o capital, pois este se mantém somente na base desse aglomerado de prisões, soldados e decretos que chamamos "Estado". O Estado foi criado por conquistadores e imposto aos vencidos, os quais, por seu intermédio, são levados ao trabalho escravo. Conseqüentemente, Bakunin recusa também qualquer forma de *ditadura do proletariado*. Também o marxismo prevê o desaparecimento do Estado, mas somente muito depois da revolução proletária, com o estabelecimento duma sociedade sem classes.

Todos estes pensadores socialistas utopistas distinguem-se dos socialistas economistas pelo fato de não analisarem o "ser" do caos econômico, mas por se esforçarem por encontrar um "dever-ser", um ideal que lhes mostre o caminho que os leve para fora dele.

7. Karl Marx (1818-1883) reunia os dois socialismos na sua poderosa personalidade: era um socialista utópico, à medida que o utopismo é compreendido como anseio de libertação dos trabalhadores da escravidão do trabalho, e era, ao mesmo tempo, economista que descrevia objetiva e cientificamente o caos econômico do seu tempo. Era discípulo da filosofia grega à medida que investigava cientificamente a essência, a natureza da econo-

mia capitalista, e discípulo dos profetas bíblicos à medida que via na economia capitalista não um ser imutável, não uma natureza eterna, mas a fase de uma transformação que clamava um “dever-ser” em direção ao qual a sociedade deveria caminhar. Este “dever-ser” se encontrava na imagem duma sociedade sem classes. Marx era discípulo dos profetas à medida que admitia uma perfectibilidade indiscutível do homem e da sociedade, à medida que pregava um humanismo ativo e combativo no lugar de um pensamento teórico apenas abstrato. A décima primeira tese sobre Feuerbach disso dá pleno testemunho: “Os filósofos apenas interpretam o mundo de diversas maneiras. O que importa é mudá-lo”. Muito antes da sua obra máxima, *O Capital*, em que analisa cientificamente a essência e o funcionamento do capital na sociedade industrial, expressa sua fé na perfectibilidade essencial do homem e da sociedade que constroem o mundo. Uma vez que é possível mudar este mundo, não é suficiente analisá-lo, afirma Marx, voltando-se dessa forma, sem o saber e sem o querer, ao primado do “dever-ser”, instaurado pelos profetas de Israel, sobre a descrição do “ser”, desenvolvido pela filosofia grega.

A criação do homem em cada época, numa colaboração entre Deus e o homem, ressoa ainda no seguinte pronunciamento de Marx: “Toda a assim chamada história mundial não é outra coisa que a produção do homem pelo trabalho humano e a formação da natureza para o homem” (Mega, Ia. sec., vol. 3º, p. 125)

8. Querendo dar à consciência revolucionária uma formulação mais adequada às conquistas da nova filosofia e, particularmente, das pesquisas gnosiológicas desenvolvidas pelas escolas neokantianas e neo-hegelianas, Georg Lukács e Karl Korsch retornaram aos escritos do jovem Marx. Lukács e, seguindo-o, mais elaboradamente, o assim chamado Círculo de Frankfurt, J. Habermas, Marx Horkheimer, Walter Benjamin, Theodor Adorno e Herbert Marcuse, acharam mais importante estabelecer a continuidade histórica entre o novo pensamento filosófico e o movimento proletário, do que provocar uma ruptura radical na evolução das idéias, não apenas entre a revolução burguesa e a revolução proletária, mas também entre as respectivas visões do mundo.

Lukács e Korsch, e os pensadores do Círculo de Frankfurt, compreenderam a obra de Marx como solução, através da práxis e da revolução proletárias, dos problemas suscitados pela filosofia clássica alemã. Já Marx tinha dito (*Contribuições à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, I, p. 94), “que a filosofia podia ser superada somente ao ser realizada”: realizada pela revolução proletária.

Em sua obra *O Princípio da Esperança*, o filósofo marxista Ernst Bloch acentua a importância de descartar a idéia duma natureza, de um "ser" estático do homem e da sociedade e de retornar à aceitação da sua perfectibilidade essencial. Bloch interpreta a décima primeira *Tese sobre Feuerbach*, afirmando que a verdade do pensamento marxista consiste em ser uma filosofia que propõe transformar o mundo no contexto de um processo de mudanças de uma realidade que ainda não está concluída, mas cujo futuro continua aberto. Portanto, não é suficiente apenas interpretá-lo como algo pronto e acabado, mas é preciso transformá-lo para que chegue a ser aquele mundo em que, de fato, vale a pena viver.

9. Uma realidade que ainda não está concluída, mas cujo futuro continua aberto, é uma realidade que oferece esperança; que promete que a injustiça, a violência e a crueldade que caracterizam a nossa era poderão ser superadas, para dar lugar a um mundo de justiça, de igualdade e de felicidade, como previsto na pregação dos grandes profetas bíblicos. Particularmente num momento da derrocada das estruturas econômicas, sociais e ideológicas do mundo marxista, continua a necessidade de um "dever-ser" social, uma imagem do homem e da sociedade como deveriam ser e não são, mas como podem e devem vir a ser graças a um princípio que continua válido, o princípio da esperança, da perfectibilidade essencial do homem e da sociedade.

Bibliografia

BLOCH, Ernst, *Das Prinzip der Hoffnung*, 2 vols., 1954-1955.

FERSCHER, Iring, *Karl Marx und der Marxismus. Von der Philosophie des Proletariats zur proletarischen Weltanschauung*, München, R. Piper & Co., 1967.

BUBER, Martin, *O socialismo utópico*, São Paulo, Ed. Perspectiva S.A., 1971.

CONNERTON, Paul, *The Tragedy of Enlightenment. An Essay on the Frankfurt School*, Cambridge University Press, 1980.

Endereço do autor:

R. Cabo Verde, 290 / 41

04550-081 — São Paulo — SP